



ESCRAVOS DO PASTOREIO
PECUÁRIA E ESCRAVIDÃO NA
FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL
(ALEGRETE, 1831-1850)

Luis Augusto Farinatti

Tradicionalmente, a historiografia tem prestado pouca atenção ao estudo da escravidão nas áreas de predominância da atividade pecuária. Isso é tanto mais verdade no que diz respeito ao Rio Grande do Sul, onde só recentemente se reconheceu a existência regular de trabalhadores escravos, ao lado dos peões livres, no costeiro do gado. Por conseguinte, importa analisar, ainda que de forma inicial, algumas caracte-

rísticas demográficas da população escrava, sua distribuição entre os pecuaristas de diferentes envergaduras econômicas e suas ocupações nas grandes estâncias de criação de gado em Alegrete, o maior município da principal área de criação de gado do Rio Grande do Sul, a região da “Campanha”, na zona de fronteira com a República do Uruguai. As principais fontes utilizadas foram os inventários *post mortem*.

Introdução

¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Qualquer estudo sobre as regiões de pecuária no Brasil dos séculos XVII a XIX não pode prescindir do clássico capítulo que Caio Prado Júnior lhes dedicou na obra referida.

² Entre outros: PETRONE, Maria Teresa. *O Barão de Iguape* – um empresário da época da Independência. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MOTT, Luís. O índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 22, p. 59-78, 1979.

SILVA, Francisco C. T. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. In: REICHEL, H. & GUTTFREIND, I. *América Platina e Historiografia*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

FARIA, Sheila de C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. (Tese de Doutorado).

ZARTH, Paulo A. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.

GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

O papel da escravidão nas regiões de predominância da pecuária não é um dos temas mais frequentes na historiografia brasileira. Produção voltada para o mercado interno e “retaguarda” da economia exportadora, durante muito tempo a criação de gado foi vista como uma atividade que, no mais das vezes, não gerava uma acumulação capaz de sustentar a incorporação contínua de trabalhadores cativos. Além disso, realizada em moldes extensivos, como ocorreu na maior parte do Brasil ao longo dos quatro séculos de vigência da escravidão, não demandava tantos braços quanto a agricultura. Ao contrário, os currais, as fazendas de gado, foram descritos como sendo os lugares onde as várias formas de trabalho livre teriam encontrado campos mais férteis para instalar-se.¹ Nas últimas décadas, contudo, estudos regionalizados, com vigoroso aporte de fontes primárias, como os inventários *post mortem* e os mapeamentos de população, vêm demonstrando a importância das relações escravistas como componentes da produção pecuária nos quatro cantos do Brasil.²

O Rio Grande do Sul foi uma das mais importantes zonas de criação de gado dos séculos XVIII e XIX. Durante boa parte do século XX, os estudos históricos sobre o universo das estâncias descreveram uma economia em que a produção era levada a cabo essencialmente por trabalhadores livres (brancos, índios e mestiços de ambos) – que eram também guerreiros rapidamente mobilizáveis para as recorrentes contendas da fronteira –, o que garantiria para o Rio Grande do Sul uma formação histórica *sui generis* no contexto brasileiro. Dessa perspectiva, numa sociedade onde a força de trabalho teria sido formada por peões livres, recrutados entre um vasto contingente de “homens soltos”, sem a propriedade da terra e pouco vocacionados à estabilidade (os *gaúchos*), a presença escrava era vista como residual e mais ligada às atividades domésticas.³

As obras que surgiram lentamente desde a década de 1960 até meados dos anos 80, fizeram o contraponto dessa imagem. Entre outros aspectos, ficou demonstrada a centralidade das relações escravistas nas charqueadas, principal elo de articulação entre a economia sulina e as áreas da grande lavoura, em outras regiões do Brasil, ao longo do século XIX. Décio Freitas levou às últimas conseqüências essas idéias. Num artigo em que percebeu com pertinência a grande necessidade de trabalhadores para as estâncias, contrapondo-se ao que chama de “mito da produção sem

GUTIERRES, Horácio. Estratégias produtivas entre fazendeiros de gado no sul do Brasil, século XIX. *Segundas Jornadas de Historia Económica*, Montevideo, julho de 1999.

³ GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

⁴ FREITAS, Décio. O Gaúcho: O Mito da Produção sem Trabalho. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1983 (Dissertação de Mestrado).

MAESTRI, Mario. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravidão Gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores*. Porto Alegre: Movimento/ Instituto Estadual do Livro, 1980.

⁶ LEITMAN, Spencer. Slave Cowboys in the cattle lands of southern Brazil, 1800-1850. *Revista de História*, São Paulo, v. 51, n. 101, jan/mar 1975.

⁷ Nesse contexto merecem destaque, por seu pioneirismo, as obras já citadas de Paulo Afonso Zarth, para o século XIX e Helen Osório para o período colonial. Ver nota 2. Ver também: BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

trabalho” na criação de gado, acaba por negar maior importância ao trabalho escravo na pecuária, onde vê a preponderância maciça do trabalho livre. Escreveu:

*No pastoreio, seria preciso colocar um feitor ao lado de cada escravo pastor, já que, sem a vigilância e a supervisão, o mesmo, obviamente, trabalharia pouco e mal, usando, com toda a probabilidade, o cavalo para fugir através das dilatadas, indivisíveis e desocupadas campanhas, cruzando a raia em busca de uma liberdade assegurada nas terras platinas.*⁴

Ainda que nenhum daqueles trabalhos se tenha dedicado especificamente ao estudo da criação de gado durante a vigência do escravismo, quase todos trouxeram elementos novos para o tema. Demonstraram que os escravos compunham de forma efetiva o contingente de mão-de-obra das estâncias, ao lado dos trabalhadores livres. Todavia, assentados basicamente sobre fontes impressas, como os relatos de viajantes estrangeiros, além de diários e memórias, tais estudos apontaram para a idéia de que os escravos teriam sido empregados majoritariamente nas lavouras de auto-abastecimento internas às estâncias e nos serviços domésticos. O costeio do gado, atividade principal dos estabelecimentos pecuários, seguia sendo descrito como domínio quase que exclusivo dos peões livres. Ali, a utilização dos escravos teria sido apenas eventual e mesmo fortuita.⁵ A notável exceção na produção deste período é um artigo de Spencer Leitman, publicado em 1975, em que o autor propõe que peões escravos teriam desempenhado importante papel na criação de gado no Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do Oitocentos.⁶

A partir de finais da década de 1980, pesquisas baseadas na utilização maciça de fontes primárias manuscritas trouxeram novos avanços para o conhecimento das áreas rurais do extremo sul do Brasil e, sobretudo, tematizaram de forma mais detida o universo da pecuária. Demonstraram assim a importante participação dos escravos, tanto nas lavouras de alimentos dentro das estâncias quanto no costeio do gado – esta última atividade desempenhada ao lado dos peões livres.⁷ Daí a importância de uma abordagem introdutória ao tema da escravidão nas zonas de predominância pecuária do sul do Brasil, na primeira metade do século XIX. Para tanto, trabalharemos com os inventários *post mortem* referentes a Alegrete – o maior município da principal área de criação de gado do Rio Grande do Sul, a região da “Campanha”, na fronteira com a República do Uruguai – no período que vai de 1831 a 1850. As análises

FARINATTI, Luís Augusto E. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre, PPGH/PUCRS, 1999 (Dissertação de mestrado).

FARINATTI, Luís Augusto E. Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). *História*, São Leopoldo, n. 8, p. 253-276, 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. Do trabalho servil ao trabalho livre num município da Fronteira Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 136, p. 17-24, 2001.

MAESTRI, Mario. O cativo e a fazenda pastoril sul-riograndense. In: MAESTRI, Mario. *Deus é Grande, o Mato é Maior – trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

⁸ Ver HAMEISTER, Marta Daísson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias se-moventes*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação – História Social, 2002 (Dissertação de mestrado).

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG – História Social, 2002 (Dissertação de mestrado).

aqui realizadas, em que pese seu caráter preliminar, permitem apresentar o tema e lançar algumas hipóteses gerais de pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao papel do trabalho escravo nas grandes estâncias que, como veremos, parece haver sido bem mais expressivo do que se costumava pensar.

Dilatadas Campanhas

Nos inícios do século XIX, o movimento de expansão luso-brasileira sobre os territórios disputados com o Império Espanhol, no oeste do atual território do Rio Grande do Sul, recebeu um impulso significativo. Em 1801, realizaram-se a conquista e a incorporação da área dos Sete Povos das Missões, a noroeste. Ao sul dos Sete Povos, cruzando o rio Ibicuí, ficava a região de boas pastagens, de relevo suavemente ondulado, onde se espalhavam grandes manadas de gado não domesticado, em uma área contínua que englobava os territórios que hoje pertencem à Campanha ao sul do Rio Grande e ao norte da República do Uruguai. As estratégias geopolíticas da coroa portuguesa, somadas ao interesse dos colonos sobre as terras e o gado contidos naquele amplo espaço, desencadearam uma aceleração no movimento de ocupação de terras, fundação de estâncias e concessão de sesmarias no local. Naturalmente, essa expansão não se deu sobre uma “terra de ninguém”. Desde muito antes de 1801, os guaranis missioneiros e também diversos bandos de arreadores, formados por súditos mais ou menos fiéis das coroas ibéricas, além de indígenas charruas e minuanos, cruzavam aquele espaço arrebanhando e comercializando gado.⁸ O gado bovino passava a interessar não apenas pelo couro: o charque havia se tornado dominante nas exportações sulinas já na década de 1790, fornecendo um impulso ainda maior a esse processo. Assim, nos conturbados anos em que se desenrolavam as lutas de independência platinas, sobretudo entre 1810 e 1822, os luso-brasileiros apropriaram-se e colonizaram os vastos espaços além das antigas fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande. É isso ocorreu ainda que as pendências oficiais acerca desse limite nacional não tenham cessado até a segunda metade do século XIX. As relações nessa zona fronteiriça foram contínuas. Vários brasileiros tinham bens – terras, gado e escravos – em ambos os lados, muitos outros tinham estâncias no Uruguai e todos mantinham relações familiares e comerciais permanentes. Naturalmente, foram muitas as implicações trazidas pelo fato de que as soberanias políticas eram diferentes em

⁹ Ver GOLIN, Tau. *Fronteira*. v. I. Porto Alegre: L&PM, 2002.
SOUZA, Susana B. & PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, L. A.; KUHN, F.; GUAZZELLI, C. & NEUMANN, E. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

um e em outro território, e essa “comunidade de fronteira” tinha que se defrontar com elas continuamente.⁹ Ainda que não tenha ensejado apenas a multiplicação de grandes criadores de gado, essa expansão foi responsável pelo surgimento de um grupo de pecuaristas de grosso calibre, donos de rebanhos que superavam 10.000 reses.

Em 1828, a derrota brasileira na última campanha da Cisplatina e a reorganização do Uruguai como república independente criaram uma linha de fronteira que cingiu em dois o espaço que os luso-brasileiros haviam transformado em um impreciso tabuleiro de estâncias, desde o rio Ibicuí, ao norte, até o rio Negro, ao sul. O lado brasileiro desse espaço de fronteira, conhecido depois como a região da Campanha, erigiu-se na principal zona pecuária do Rio Grande do Sul, ao longo de todo o século XIX. Se é verdade que a historiografia levou muito tempo para reconhecer a importância da escravidão nas áreas de criação de gado no Rio Grande do Sul, em nenhum lugar isso é mais verdadeiro do que na Campanha. Ali, a existência de uma verdadeira epidemia bélica, a proximidade das repúblicas platinas, a presença de homens livres em condição de serem aproveitados como mão-de-obra e a dificuldade de vigilância sobre cativos que trabalhariam a cavalo foram apontados, entre outros aspectos, como fatores impeditivos do estabelecimento de uma regularidade no aproveitamento dos escravos nas lides pecuárias. Como veremos, no entanto, não é isso que a análise dos dados trazidos pelos inventários *post mortem* parecem revelar sobre aquela fronteira.

Deter-nos-emos nas duas décadas que se estendem de 1831 a 1850. No início desse período, a criação de gado organizada nas estâncias já era dominante na Campanha e é lícito supor que o quadro do trabalho escravo tenha sofrido alterações importantes após a cessação do tráfico atlântico, em 1850. Nas duas décadas que nos interessam diretamente, a exportação de charque para outras províncias brasileiras era a principal atividade econômica da província. A região da Campanha detinha a parcela mais significativa da produção pecuária que enviava a matéria-prima para as charqueadas localizadas mais a leste, em Pelotas e sobre as margens rio Jacuí. Desmembrando-se do município de Cachoeira, Alegrete foi elevado à condição de vila em 1831. Além de ser o mais extenso territorialmente, também detinha o maior número de estâncias e o maior rebanho bovino. Não há nenhuma estatística regionalizada da produção bovina da província nesse período. Porém, nove anos depois, uma espécie de censo agrário indicava o município de

Alegrete como o líder da produção pecuária no Rio Grande do Sul, com um rebanho de 772.232 cabeças de gado *vacum* distribuído em 391 estâncias, contra 531.640 cabeças em 260 estâncias de Bagé, que ocupava o segundo lugar.¹⁰ Em 1846, as áreas mais ocidentais emanciparam-se formando o município de Uruguaiana, o mesmo acontecendo, em 1858, com Santana do Livramento. Porém, o município ainda estendia-se sobre um vastíssimo território que ia desde o rio Ibicuí, ao norte – no centro-oeste do território do Rio Grande do Sul – até o rio Quaraí, que divide com a República do Uruguai, ao sul.¹¹

Homens, mulheres, africanos e crioulos

As melhores informações para relacionar a escravidão e as unidades de produção pecuária, no período e espaço propostos, estão nos inventários *post mortem*. Não contamos, infelizmente, com mapeamentos de população que relacionem os moradores por *fogos* e discriminem seus escravos e agregados, como ocorre com outras partes do Brasil para o período colonial e para a primeira metade do Oitocentos. Da mesma forma, o primeiro censo populacional que permite discriminar a população livre e a escrava só aconteceu em 1858. O uso dos inventários como fonte, por sua vez, tem conhecidas limitações, como o fato de tenderem esses inventários a sobre-representar as camadas mais abastadas da população, já que os muito pobres provavelmente não realizavam a partilha judicial de seus poucos bens. Além disso, as grandes distâncias a serem vencidas até a sede do município e o contexto de guerra vigente durante a Revolução Farroupilha (1835 a 1845), podem ter dificultado o cumprimento da obrigação legal de proceder a inventários *post mortem*. Ainda que se tenha em conta esses limites, os inventários são fontes importantes para o estudo da escravidão nos estabelecimentos pecuários da região. Somente eles permitem um acesso direto à relação entre a população escrava e as unidades produtivas, além de reunirem uma amostra tanto dos escravos que nasceram no local, como daqueles trazidos de outras paragens (o que não acontece de forma tão regular nos registros de batismo e casamento, por exemplo). E mais, como veremos, o principal montante de escravos encontrava-se exatamente nas mãos dos proprietários mais afortunados, que tendem a formar a camada melhor representada nesse tipo de fonte.

Realizamos o levantamento de todos os inventários referentes ao município de Alegrete, entre 1831 e 1850,

¹⁰ “Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam por ano, e do número de pessoas empregadas no seu costeiro”. Estatísticas, m. 02, 1859. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹¹ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS (1803-1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981. Para efeito deste estudo consideramos o território do município sem as áreas referentes a Uruguaiana e Livramento, trabalhado apenas com os inventários existentes no fundo “Alegrete”, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Somente três processos referiam-se a Santana do Livramento e foram retirados da análise.

totalizando 110 processos. Como nosso objetivo neste artigo é avaliar a presença do trabalho escravo nas estâncias de criação e levantar questões sobre o tema, retiramos da análise 18 processos que não continham estabelecimentos de produção rural. Seus titulares possuíam imóveis na vila de Alegrete e eram comerciantes, oficiais militares de carreira ou mulheres solteiras. Abatemos mais 18 inventários que foram abertos mas não tiveram prosseguimento.¹² Contamos, então, com 74 processos referentes a titulares que possuíam bens rurais, que constituem nosso universo de análise. Desses, 12 não possuíam qualquer escravo. Os 62 inventariados restantes possuíam um total de 633 cativos, alcançando uma média de pouco mais de 10 escravos por proprietário.¹³

A relação entre os sexos apresentava-se bastante desequilibrada, com uma média de mais de 177 homens para cada 100 mulheres escravas (razão de masculinidade de 177,6, com uma proporção de apenas 36% de cativas no universo total analisado).¹⁴ Quanto à origem, os africanos representavam 42,4% daquela população. Esses dados costumam estar intimamente relacionados entre si,¹⁵ e não foi diferente em Alegrete. A predominância masculina é bem maior entre os africanos, sendo que a população crioula tendia a apresentar uma proporção mais harmônica entre os sexos.

Essa configuração por certo também sofreu a influência do fato de que a colonização estável da Campanha era relativamente recente, tendo começado nas duas primeiras décadas do Oitocentos. Assim, estaria ocorrendo ali um fenômeno recorrente em diversas outras regiões do Brasil escravista. Unidades produtivas recentemente instaladas tendiam a apresentar um percentual maior de homens adultos e de africanos, pois grande parte de sua mão-de-obra teria sido adquirida havia pouco tempo. Com o passar dos anos, o número de crioulos tenderia a aumentar e o desequilíbrio entre os sexos a diminuir.¹⁶ Porém, mais do que isso, os dados apresentados acima também estão intimamente relacionados com as atividades produtivas desempenhadas naquela região e as necessidades laborais que elas ensejavam. No caso da Campanha, tratava-se essencialmente da pecuária, sobretudo a criação de gado bovino.

Arrisquemos algumas comparações. A razão de masculinidade, de 177,6 homens para cada 100 mulheres era muito menor do que os 232,08 encontrados por João Fragoso para a região cafeeicultora do Vale do Paraíba fluminense, em 1840.¹⁷ Contudo, era mais alta do que os 143

¹² Nesse número incluem-se três inventários referentes à Freguesia de Santana do Livramento. Ver nota 11.

¹³ Retiramos da análise os escravos que foram mencionados de forma repetida em mais de um inventário, cujos inventariados eram cônjuges ou pais e filhos que faleceram no período analisado.

¹⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS). Inventários *post mortem*. Alegrete. 1831-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, m. 01 a 07. Cartório do Cível, m. 01. Cartório da Provedoria, m. 01.

¹⁵ FARIA, Sheila de C. *Op. cit.*, p. 296.

¹⁶ FARIA, Sheila de C. *Op. cit.*, p. 295-298.

¹⁷ FRAGOSO, João. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História, 1983 (dissertação de mestrado).

¹⁸ Freguesias de Santo Amaro, São Francisco do Conde e Iguape. BARICKMANN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁹ FRAGOSO, João. *Op. cit.*

²⁰ BARICKMANN, Bert. *Op. cit.*

que Bert Barickmann encontrou ao trabalhar com os inventários (a mesma fonte empregada aqui), entre 1790 e 1860, para as lavouras de cana e engenhos do Recôncavo Baiano.¹⁸ A proporção de africanos, de mais de 42%, por sua vez, é incomparável à de áreas de agro-exportação em expansão, como os 79% do Vale do Paraíba na década de 1850.¹⁹ Contudo, não está longe dos cerca de 50% encontrados na pesquisa já referida sobre as áreas canavieiras baianas.²⁰ Ainda que estas não fossem regiões de ocupação recente e mesmo que, durante todo o período coberto por aquelas fontes, o açúcar tenha enfrentado tanto conjunturas positivas quanto negativas, a comparação dos dados da população escrava das estâncias sulinas com uma área de produção agrícola de exportação, próxima a um porto importante no tráfico atlântico de cativos, não deixa de impressionar.

No mesmo trabalho sobre o Recôncavo Baiano, os sítios de fumo apresentavam uma relação equilibrada entre homens e mulheres (108) e uma presença de apenas 23% de africanos entre os cativos. Números em tudo inferiores à região pecuária da Campanha.

Vejam os outro trabalho que emprega os inventários *post mortem* para extrair dados sobre a população escrava. As regiões de pecuária, lavouras de cana e produção agrícola de alimentos, estudadas por Sheila de Castro Faria, no norte fluminense durante o século XVIII, apresentavam uma razão de masculinidade de apenas 119 e uma presença de cerca de 50% de africanos entre a população cativa. Já os engenhos estudados pela autora, ainda que de pequena monta, alcançavam 170 homens para cada 100 mulheres e quase 70% de africanos.

Por outro lado, utilizando também inventários *post mortem*, Helen Osório apontou, para o Rio Grande do Sul como um todo em fins do período colonial, um percentual de homens e de africanos apenas um pouco superiores aos descritos neste artigo. Entre 1790 e 1825, a presença de africanos foi de 47 e 48% dos escravos arrolados. Quanto à masculinidade, para o período entre 1765 e 1825, Osório encontrou uma presença de 68% de homens, portanto levemente superior à calculada aqui (64%). A estrutura da posse de escravos, no coração da Campanha entre 1831 e 1850, seguia reproduzindo padrões semelhantes aos coloniais.²¹

A grande presença de escravos homens nas estâncias de Alegrete se dava em razão de seu aproveitamento em ofícios diversos (como pedreiros, carpinteiros, roceiros) mas, principalmente, como veremos, em virtude da necessidade

²¹ OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825. Anales de la XIX Jornada de Historia Económica*. Asociación Argentina de Historia Económica, San Martín de los Andes. CD-ROOM, 2004. p. 6.

de se contar com escravos campeiros formando um núcleo estável de mão-de-obra capaz de fazer frente, ao menos em parte, às demandas regulares de trabalhadores no costeio do gado. A associação entre pecuária e altas taxas de masculinidade entre os cativos era bastante forte naquele contexto. Aquela era uma população com importante predomínio de homens e presença não desprezível de africanos, mas que, mesmo assim, apresentava um percentual majoritário de crioulos e a existência de cerca de 26% de crianças entre a população escrava. Tais fatores advertem para não se minimizar a influência da reprodução interna desses cativos. Todavia, os números gerais escondem uma importante diversidade nas características dos plantéis possuídos pelos criadores de diferentes envergaduras econômicas.

Criadores de Gado, Senhores de Escravos

Passemos, agora, a uma análise conjugada da posse de escravos em relação à estratificação econômica dos inventariados, feita a partir da posse de cabeças de gado bovino, de longe o principal produto da região.

Tabela 1: Criadores de Gado em Alegrete – Propriedade de Escravos (1831-1850)

Proprietários	Número de inventários	Inventários com escravos	Total de escravos	Média de escravos por inventário
+ de 10.000 reses	4	4	139	35
de 2.001 a 10.000	16	16	245	15
de 1.001 a 2.000	12	12	79	07
de 501 a 1.000	13	13	102	08
de 101 a 500	14	10	45	05
até 100 reses	15	07	23	03
Total	74	62	633	10

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Em primeiro lugar, é possível perceber a existência de um significativo número de grandes criadores de gado. Cerca de 27% (20 casos) dos inventariados possuía mais de 2.000 reses, sendo que quatro deles contavam com rebanhos que excediam as 10.000 cabeças. Até aqui, nada de novo. A presença de grandes estancieros tem sido continuamente apontada pela historiografia. Contudo, ao lado desses vigorosos pecuaristas, aparece um número nada desprezível de produtores mais modestos, com menos de

1.000, 500 e até menos de 100 reses. Os médios e pequenos criadores de gado, já analisados por Osório nas áreas de colonização antiga, durante o período colonial, surgem expressivos também nas décadas de 1831 e 40, mesmo na Campanha, região tradicionalmente vista como palco único das enormes estâncias.²² E isso é tanto mais verdadeiro se lembrarmos que os inventários *post mortem* são fontes que tendem a sobre-representar as camadas mais ricas da sociedade.

²² Zarth e Bell apontam a existência de criadores de diferentes envergaduras econômicas no mundo pecuário do Rio Grande do Sul oitocentista sem, no entanto, detrem-se na análise dessa diferença. ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003. BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

Sobre o tema ver também: MENZ, Maximiliano M. O Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: atividades pecuaristas na fronteira oeste. *História*, São Leopoldo, v. 6, n. 5, jan/jun 2002.

Ao passarmos para a coluna ao lado, o que aparece é o fato de que a propriedade de escravos estava bastante disseminada entre os criadores de gado da Campanha. Todos os inventariados com mais de 500 reses possuíam escravos, o mesmo acontecendo com mais de dois terços daqueles dentre os pequenos criadores que tinham entre 100 e 500 reses. Mesmo no último grupo, cuja atividade pecuária se dava em escala modestíssima, cerca de metade dos inventariados podia contar com algum escravo. Entretanto, ainda que a maioria (83,8%) dos inventariados possuísse escravos, isso não deve encobrir o fato de que a maior parte dos cativos estava concentrada nas mãos dos grandes criadores. Os 27% dos criadores que possuíam mais de 2.000 reses concentravam 60,6% do contingente de escravos, apontando uma clara vinculação entre o número de cativos e a grandeza da escala em que os seus senhores praticavam a pecuária.

As diferenças na posse de escravos entre pequenos, médios e grandes criadores de gado não se restringiam ao tamanho de seus plantéis. Também se faziam presentes as variações referentes à proporção de homens adultos, mulheres e crianças; à quantidade de africanos e crioulos; e à existência de maior especialização nas atividades a que eram destinados.

Tabela 2: Escravos de Pecuáristas em Alegrete – Percentual de Crianças e Razão de Masculinidade (1831-1850)

Proprietários	Total de escravos	Número de crianças	% de crianças	Razão de masculinidade
+ de 2.000 reses	384	77	20,1%	225,4
de 501 a 2.000	181	66	36,5%	135,1
Até 500 reses	68	22	32,4%	106,1
Total	633	165	26,1%	177,6

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Tabela 3: Escravos de Pecuaristas em Alegrete – Percentual de Escravos Africanos (1831-1850)

Proprietários	Escravos crioulos	Escravos africanos	Total de escravos com referência de origem	% de africanos
+ de 2.000 reses	96	106	202	52,4%
de 501 a 2.000	88	42	130	32,3%
até 500 reses	39	16	55	29,1%
Total	223	164	387	42,4%

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Para começar, quando “abrimos” o percentual geral de crianças escravas (em torno de 26%) e o decomparamos nas faixas de grandeza dos pecuaristas, percebemos que aqueles que tinham mais de 2.000 reses contavam com uma média de cerca de 20% de crianças em seus plantéis. Esse número sobe significativamente nas outras categorias, ultrapassando os 30%.²³ Ao realizarmos o mesmo procedimento para a diferenciação sexual entre os cativos, por trás da razão de masculinidade média de 177,6 homens para cada 100 mulheres, encontramos diferenças que vão desde uma média bastante alta de 225,4 no caso dos escravos pertencentes aos senhores com mais de 2.000 reses, até uma tendência ao equilíbrio no 106,1 dos dois últimos subgrupos, com rebanhos inferiores a 500 cabeças. Por fim, o percentual geral médio de mais de 42% de africanos sobe para cerca de 52% se considerarmos apenas os inventariados com mais de 2.000 reses, e decai para algo em torno de 30% nas categorias seguintes. Todos esses números estão diretamente interligados. A divisão entre os sexos é mais equilibrada entre os escravos crioulos e os homens predominam entre os africanos.²⁴

Esses fatores reforçam ainda mais aquela concentração quantitativa da maioria dos escravos nas mãos dos criadores mais afortunados, donos de mais de 2.000 reses. Estes, além de possuírem os maiores rebanhos, concentravam não apenas maior número de escravos, mas também uma parte maior dos escravos homens, dos adultos e dos africanos. De fato, será apenas nessa faixa que os africanos irão apresentar uma presença equilibrada e mesmo levemente superior à dos crioulos, o que se deve especialmente à sua superioridade entre os cativos homens. Os plantéis pertencentes a médios e pequenos criadores tendiam a

²³ Para efeito deste trabalho, seguimos a metodologia corrente e consideramos “crianças” aqueles escravos com até 14 anos. Contudo, é preciso matizar esses números. Das 30 menções a escravos entre 11 e 14 anos, seis traziam declaração de ofício, sendo cinco meninos campeiros e uma menina costureira. É um número expressivo e que demonstra a utilização de escravos muito jovens no trato do gado. Além disso, três daqueles trinta escravos eram africanos, não podendo, portanto, ser considerados como indicio de reprodução endógena dos plantéis de cativos da região. Se retirássemos da análise esses trinta cativos, considerando “crianças” os escravos com menos de 10 anos (sobre os quais não encontramos nenhuma menção de ofício e de africanos), o percentual geral de crianças cairia de 26 para 21%.

²⁴ Todos os dados do parágrafo: Inventários *post mortem*. Ver nota 14.

mostrar equilíbrio maior entre os sexos, crioulos em maioria cada vez mais significativa e presença mais expressiva de crianças. A escravidão aparece, então, como um dos fatores que demonstram o variado espectro daqueles que participavam da produção pecuária. Parece mesmo que os criadores de gado da Campanha não podem continuar a ser tratados monoliticamente e que as características da posse de escravos faziam parte dos fatores relevantes da desigualdade entre eles.

Mateus campeiro, Manoel roceiro e João carpinteiro

Em seu estudo sobre o Rio Grande do Sul rural do século XIX, Paulo Afonso Zarth levantou a hipótese de que os escravos roceiros comporiam a maioria dos plantéis de escravos das estâncias, ainda que a presença de campeiros fosse significativa.²⁵ Investigando o período colonial, Helen Osório demonstrou que os escravos campeiros tendiam a ser maioria e argumentou que eles provavelmente supriam as necessidades de trabalhadores estáveis nas estâncias. O complemento da mão-de-obra livre tendia a ser empregado nos momentos de pico da atividade pecuária, como as épocas de marcação e de castração.

Os inventários pesquisados nos indicam semelhanças e diferenças com os quadros delineados acima. Nos poucos casos em que encontramos referência explícita aos ofícios das escravas, eles foram, invariavelmente, domésticos: cozinheira, costureira e rendeira. Não encontramos nenhuma referência a escravas roceiras. O pequeno percentual de mulheres acima dos 10 anos de idade cujo ofício foi declarado (17%) não nos permite, no entanto, fazer generalizações a respeito. No caso dos maiores plantéis, escravas que se dedicassem ao serviço de roça poderiam estar escondidas no alto número de cativas cuja ocupação não foi declarada. É bastante provável que as escravas de pequenos senhores, por sua vez, pudessem ser utilizadas tanto no variado renque de serviços domésticos quanto nas roças de alimentos. O próprio trabalho doméstico não pode ser visto como algo de pouca importância, já que era essencial para a reprodução das unidades produtivas e a prova disso é que, mesmo os criadores com mais de 2.000 reses, que possuíam plantéis com alta proporção de homens, jamais deixaram de contar com cativas. Infelizmente, a falta de maior especificação das fontes a respeito das ocupações das escravas nos impede de tratar mais detidamente do tema neste artigo.

²⁵ ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno... Op. cit.*

Para os homens adultos, possuímos um total de 180 escravos com referência explícita de sua ocupação, atingindo cerca de 53% do total. O silêncio sobre a ocupação de quase metade dos cativos pode estar indicando duas coisas diferentes. Muitos dos casos referem-se simplesmente a uma forma de o inventariante, ou mesmo de o escrivão responsável pelo processo designarem sumariamente os termos do inventário. Nesse caso, escravos campeiros, roceiros, carpinteiros e outros podem estar diluídos naquele número de cativos sem ocupação declarada. Porém, em outros casos, a omissão pode significar que aquele escravo era empregado em um variado leque de funções, como o costeio do gado, a roça de alimentos, o trabalho em construções e outros. Em favor dessa idéia, está o fato de que a proporção de escravos com ocupações especificadas expressamente é maior nos estratos mais afortunados dos estancieiros, diminuindo conforme nos aproximamos dos criadores de menor vulto. É possível pensar que mesmo os escravos dos grandes estancieiros e mesmo aqueles dentre eles que tinham uma ocupação definida, deveriam ser empregados acessoriamente também em muitas outras atividades. Se assim era, isso podia ser tanto mais verdade para aqueles poucos escravos dos plantéis de pequenos senhores onde, além disso, as crianças marcavam forte presença. Vejamos, então, como estavam divididos os escravos homens maiores de 10 anos de idade,²⁶ segundo esse quesito:

Tabela 4: Escravos com Ocupações Declaradas – Alegrete (1831-1850)

Criadores	Escravos campeiros	Escravos roceiros	Outros ofícios	Dois ofícios ²⁷	S/Ref.	Total	Inventários
10.001 a 25.000 reses	18	2	24	4	40	88	4
2.001 a 10.000	49	19	26	...	59	153	16
1.001 a 2.000	7	3	3	...	15	28	12
501 a 1.000	7	8	7	...	25	47	13
101 a 500	2	...	1	...	11	14	14
Até 100 reses	7	7	15
Total	83	32	61	4	157	337	74

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERSS)

Tomando-se a comparação dos escravos roceiros com os campeiros, vemos que estes aparecem como maioria em quase todos os estratos, excetuando-se os criadores que possuíam entre 501 e 1.000 reses, entre os quais os números estão equilibrados.²⁸ É possível saber que, dentro do

²⁶ Para o caso dos ofícios, tomamos em conta os homens com mais de 10 e não de 14 anos de idade porque, como já referimos, encontramos escravos com ofícios discriminados com 11, 12 e 13 anos de idade. Ver nota 24.

²⁷ Tratavam-se de dois “campeiros e roceiros”, um “campeiro e carpinteiro” e um “cozinheiro e pedreiro”.

²⁸ Cabe aqui uma ressalva quanto ao primeiro grupo, aquele dos estancieiros com mais de 10.000 reses. Desses quatro inventários, apenas dois trazem a ocupação de todos os seus escravos. Em um deles, os escravos roceiros correspondem aos dois elencados na coluna pertinente e no outro havia mais dois, inseridos na tabela entre os que tinham “Dois ofícios” (eram “campeiros e roceiros”).

grupo de 88 cativos para o qual não consta referência de ocupação, havia ao menos uma parte de trabalhadores que era empregada na agricultura dentro das estâncias, porque todos aqueles inventários relacionam instrumentos agrícolas tais como foices, enxadas, machados e arados. O fato matiza a dominância dos escravos campeiros, mas não a invalida, uma vez que, como já foi dito, é provável que os cativos sem ocupação declarada também fossem empregados em tarefas especificamente pecuárias, sem uma especialização mais pronunciada.

Assim, tomando-se o conjunto dos grandes criadores, que possuíam acima de 2.000 reses, é possível perceber características comuns que nos informam sobre esses estancieiros e sobre o emprego dos escravos em suas unidades produtivas. Ali, os campeiros eram a maioria, demonstrando uma continuidade em relação ao padrão encontrado por Osório para o período colonial. Na verdade, esse padrão parece mesmo estar potencializado, o que indica que as grandes estâncias da fronteira praticavam sim a agricultura, em geral para garantir parte de sua reprodução e também vender seus excedentes nos mercados locais. Dos 20 inventários que as referem, todos aqueles em que foram descritos bens móveis (19 casos) elencam instrumentos de trabalho agrícola. Porém, essa produção jamais alcançou a monta que teve, por exemplo, a cultura do trigo nas primeiras décadas do século XIX, nas regiões de mais antiga colonização do Rio Grande do Sul. Nem a produção de farinha de mandioca atingiu relevância similar à observada, no mesmo meado do Oitocentos, para as regiões ao norte do rio Ibicuí, como as freguesias de Itaqui e Santa Maria.²⁹ Isso explica porque, apesar de os escravos roceiros terem existido em quantidade não desprezível nas grandes estâncias de Alegrete, sua presença era muito menor que a de campeiros, com uma desvantagem ainda mais marcada do que aquela que existira algumas décadas antes nas regiões mais a leste, de onde os colonos saíram para instalar-se na Fronteira.

Há, porém, um elemento ainda não levantado neste debate. Os estancieiros não possuíam apenas escravos campeiros, roceiros e domésticos. A coluna “Outros ofícios”, na tabela 4, dá conta de outro interessante número de ocupações. Se, nos estratos inferiores, os cativos marcaram uma presença apenas eventual, o mesmo não se pode dizer daqueles pertencentes aos grandes estancieiros (mais de 2.000 reses). Ali estavam escravos homens que poderiam ser enquadrados também como “de serviço doméstico”:

²⁹ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América...* *Op. cit.*
FARINATTI, Luís Augusto E. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem...* *Op. cit.*
FOLETTTO, Arlene Guimaraes. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos de Cima da Serra: paisagem agrária e estrutura produtiva em São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003 (Dissertação de mestrado).

eram 6 cozinheiros e 5 alfaiates. Mas aparecem, sobretudo, 11 pedreiros, 10 sapateiros e 9 carpinteiros. A grande maioria dos plantéis cujos ofícios são declarados contemplava algum desses cativos. E veja-se que não se tratavam de especializações de pouca importância: esses trabalhadores, junto com os 3 ferreiros relacionados, costumavam valer bem mais do que os roceiros e tanto ou mais do que os escravos campeiros. O carpinteiro Mariano, o sapateiro Ângelo, o alfaiate Antônio e o pedreiro Caetano, por exemplo, valiam mais do que os campeiros de seu senhor, todos mais jovens do que eles.³⁰ Essa é uma regra cujos exemplos poderíamos multiplicar. Mas basta ressaltar que esses cativos apenas raramente valiam menos do que os campeiros e isso ocorria, em geral, quando a diferença de idade entre eles era muito grande. Eram ofícios que demandavam tempo de aprendizagem e exigiam habilidades específicas. Entre os 30 escravos constantes do inventário de Dona Theresa Joaquina de Jesus, realizado em 1835, encontramos Antônio, carpinteiro, avaliado em 840\$000, enquanto os outros escravos sadios e jovens ficavam entre os 300\$000 e os 500\$000. Acima destes consta apenas Rafael, de 18 anos, que estava aprendendo o ofício, pois foi relacionado como “aprendiz de carpinteiro” e avaliado em 550\$000.³¹

Os “oficiais” de carpinteiro, pedreiro, sapateiro e ferreiro não estavam presentes todos juntos nos plantéis. O mais comum era haver um ou dois deles. Contudo, o fato de que raramente os grandes criadores deixavam de contar com algum deles, não obstante seu alto preço, indica que cumpriam um papel importante na reprodução das grandes estâncias e dá pistas sobre a racionalidade econômica de seus senhores. Da mesma forma que os roceiros, eles indicam que os seus senhores buscavam minimizar sua necessidade de recorrer ao mercado, garantindo ao menos um trabalhador em algum daqueles ofícios. As estâncias eram estabelecimentos que não exibiam construções muito complexas. Contudo, as casas de vivenda dos grandes estancieiros, descritas nos inventários trabalhados, eram sempre de pedra e cobertas de telhas, ainda que não fossem forradas nem assoalhadas. E contavam com manguueiras, currais e cercados para plantações, em geral também de pedra. Todos eles possuíam carretas, indispensáveis ao transporte de cargas nos campos da fronteira. Pedreiros e carpinteiros deviam ser empregados na construção e reparo desses bens. Além disso, os senhores poderiam usufruir dos jornais desses escravos em trabalhos para terceiros.³²

³⁰ Inventários *post mortem*. Raphael Pinto de Oliveira. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, m. 01, n. 1, a. 1831, APERS.

³¹ Inventários *post mortem*. Theresa Joaquina de Jesus. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, m. 01, n. 46, a. 1835, APERS.

³² Pouco sabemos sobre os escravos “sapateiros”, existentes em número expressivo nas grandes estâncias. Contudo, podemos imaginar que, num contexto onde o couro era matéria-prima acessível, onde o frio das geadas devia castigar os pés no inverno e onde havia tropas militares constantemente, a produção artesanal de botas e sapatos pudesse fazer bastante sentido.

Escravos do Pastoreio

Como vimos, em média, os campeiros eram maioria nos plantéis pertencentes aos grandes estancieros e marcavam forte presença também nos estratos inferiores da hierarquia econômica dos criadores de gado. Além disso, vários dos cativos cuja ocupação não foi declarada, sobretudo os pertencentes àqueles que praticavam a pecuária em média e pequena escala, devem ter sido empregados no costeio do gado, muitas vezes, realizando o pastoreio conjuntamente com outras atividades.

Um levantamento realizado em 1858 tem sido fartamente referido pelos pesquisadores que argumentam em favor da importância da escravidão nas regiões de predominância pecuária.³³ Nele, aponta-se que, em Alegrete, havia 391 estâncias onde se empregavam 124 capatazes, 159 homens livres e 527 escravos. Se tomarmos os dados do *Mappa Estatístico de População da Província*, do mesmo ano de 1859, perceberemos que, em Alegrete, existiam 1.102 escravos homens entre 11 e 59 anos.³⁴ Ou seja, a estarem corretas as estatísticas, cerca de 48% dos escravos homens adultos do município eram empregados diretamente no costeio do gado, fossem ou não designados formalmente como “campeiros”. Esse número mostra o quanto o emprego de escravos na pecuária continuava sendo forte na região, mesmo quase uma década após o final do tráfico atlântico, em um período de rápida elevação dos preços dos cativos. Além disso, e o que interessa mais diretamente a este estudo, o percentual coincide com os dados que estamos trabalhando para o período de 1831 a 1850 – lembremos que, em nossa amostra, os campeiros perfazem 47% do total dos escravos com ocupação declarada.

Os estudos surgidos sobre o universo agrário do Rio da Prata, entre 1750 e 1850, têm apontado no sentido da existência de um núcleo de mão-de-obra escrava, que garantia uma base de trabalhadores estáveis. Em torno desse núcleo aparecia um variável e razoavelmente elástico contingente de trabalhadores livres, em geral peões assalariados.³⁵ Por outro lado, a historiografia mais recente começa a reconhecer que a produção pecuária se realizava no Rio Grande do Sul também a partir de uma imprecisa combinação de trabalho escravo e livre.³⁶ Em artigo recente sobre as relações de trabalho na pecuária das regiões de São Borja e Santa Maria, ao norte do rio Ibicuí, na década de 1850, chegamos à conclusão semelhante. Ali, foi possível explorar as listas nominativas de criadores de gado locais, enviadas

³³ “Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do número de pessoas empregadas no seu costeio”. Estatísticas, m. 02, 1858. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Obras que referem esse documento: ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno... Op. cit.* BELL, Stephen. *Op. cit.* OSÓRIO, Helen. *Estancieros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América... Op. cit.* MAESTRI, Mario. *Op. cit.*

³⁴ Escolhemos essas idades porque foi nessa faixa etária que encontramos, nos inventários, escravos com designação de “campeiros”. “Mappa Estatístico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições”, 1859. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1981.

³⁵ GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998. GARAVAGLIA, Juan C. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1831)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

³⁶ Ver nota 7.

pelas câmaras de vereadores daqueles municípios à presidência da província em 1858 – documento do qual não dispomos para Alegrete. Naquelas listas, constam o nome do criador e o número de reses que possuía. Além disso, estão discriminados escravos, peões livres e mão-de-obra familiar que o pecuarista empregava diretamente no costeio da criação. Analisando esses dados, foi possível confirmar a presença dos escravos campeiros formando um núcleo de mão-de-obra básico naquelas regiões. Eles constituíam cerca de 40% dos trabalhadores tanto para os grandes quanto para os médios e pequenos criadores, deixando de ter essa importância apenas para aqueles que criavam menos de 100 animais. O restante da mão-de-obra, que estava conjugada com o trabalho escravo, variava conforme a envergadura econômica do pecuarista. Para os grandes produtores, o trabalho de peões livres assumia grande relevância, sendo gradualmente ultrapassado pela mão-de-obra familiar no caso dos produtores menos afortunados.³⁷

As razões do emprego dessa mescla de relações de produção têm sido alvo de debates na historiografia. Entre outros motivos, vêm sendo levantadas razões como o fato de os peões livres serem caros e instáveis.³⁸ Não se podia contar com uma oferta regular de mão-de-obra livre num contexto crônico de guerra, em que os recrutamentos eram recorrentes. Além disso, a fronteira agrária seguia aberta nas terras florestais da Depressão Central do Rio Grande do Sul, pelo menos até a década de 1850. Muitos daqueles que não se tornaram estancieiros instalaram-se naqueles “matos” e passaram a praticar uma agricultura de alimentos autônoma.³⁹ Por outro lado, cobrir toda a necessidade de mão-de-obra com escravos exigia um grande desembolso inicial de capital, além de trazer uma perda de flexibilidade para adaptar-se às mudanças conjunturais causadas, por exemplo, por guerras e fenômenos naturais.⁴⁰ No caso deste artigo, no entanto, os inventários *post mortem* não permitem maiores considerações acerca dos peões livres e do trabalho familiar que, muito provavelmente, estavam associados a esses escravos nas estâncias.

Todavia, as constatações de que todos os medianos e grandes criadores possuíam escravos e boa parte dos pequenos também; e de que os escravos campeiros formavam a maior parte dos escravos com ocupação declarada nos inventários estudados, permitem argumentar em favor da hipótese de que, também na Campanha, entre 1831 e 1850, os escravos formavam um núcleo de mão-de-obra estável para a criação de gado dentro das estâncias. Esse núcleo

³⁷ FARINATTI, Luís Augusto
E. Um Campo de Possibilidades... *Op. cit.*

³⁸ BELL, Stephen. *Op. cit.*
OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América...*
Op. cit.
MAESTRI, Mario. *Op. cit.*
ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno...* *Op. cit.*

³⁹ FARINATTI, Luís Augusto
E. Um Campo de Possibilidades... *Op. cit.*

⁴⁰ GELMAN, Jorge. *Op. cit.*

podia ter dimensões variadas e é possível que, no mais das vezes, não cobrisse sozinho as necessidades de trabalho regular na pecuária. Ainda assim, sempre garantia pelo menos um mínimo de mão-de-obra, à qual eram associados outros trabalhadores regulares. Além disso, as épocas de marcação e castração demandavam a incorporação temporária de um maior contingente de braços.

Por fim, haveria presença importante de africanos entre os escravos campeiros, ou eram eles, em larga maioria, crioulos, como propuseram estudos recentes?⁴¹

⁴¹ MAESTRI, Mario. *Op. cit.*, p. 120.

Tomemos os escravos expressamente designados como “campeiros” nos processos analisados.

Tabela 5: Escravos Campeiros – Origem Alegrete (1831-1850)

Origem	Escravos campeiros
Africana	26
Crioula	26
Não informada	31
Total	83

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Os dados da tabela 5 mostram um equilíbrio entre os africanos e os crioulos no conjunto dos escravos campeiros que tiveram ocupação declarada. Os africanos ficariam em vantagem se somássemos três deles que tinham dois ofícios (dois “campeiro e lavrador” e um “campeiro e carpinteiro”). Isso não significa que efetivamente houvesse uma maioria de africanos entre os cativos empregados na pecuária da região estudada. O número de campeiros cuja origem não foi informada é de mais de um terço. Além disso, vários dos escravos que não tiveram suas ocupações especificadas certamente eram empregados no costeio do gado, e muitos deles eram crioulos. Mais ainda, a maioria dos escravos cuja ocupação e origem foram declaradas pertencia a grandes estancieiros cujos plantéis, como vimos, tinham uma composição onde se sobressaíam os homens e os africanos.

Porém, os dados existentes não podem ser ignorados. Se não são suficientes para concluir pela supremacia dos africanos entre os campeiros, permitem sim afirmar que, ao menos antes de 1850, os africanos formavam uma parte importante da mão-de-obra escrava empregada diretamente no trato da pecuária, especialmente nas grandes estâncias. Entre 1831 e 1850, o tráfico atlântico ajudava diretamente a reproduzir a produção pecuária da Campanha. Enfim, se havia uma preferência por destinar os crioulos para a

atividade de peão, essa preferência não elidia que os grandes criadores, que tinham mais recursos para investir em escravos, comprassem cativos africanos e os empregassem para pastorear rebanhos. É bastante provável que tal quadro se tenha modificado após o final do tráfico internacional de escravos, em 1850, mas apenas novos estudos monográficos poderão trazer a confirmação da hipótese.

Considerações Finais

Os dados analisados demonstram claramente o relevante papel desempenhado pelo trabalho escravo na pecuária da fronteira meridional do Brasil, entre 1831 e 1850. Longe de ser eventual, a escravidão estava presente na imensa maioria dos estabelecimentos de criação de gado. Sua conexão com a reprodução dessas unidades e com a atividade pecuária em si, fica ainda mais nítida ao percebermos a íntima correspondência entre o vulto econômico dos produtores e a estrutura dos plantéis no tocante ao número total de cativos, ao percentual de homens adultos e à presença de africanos.

Os grandes estancieiros tinham plantéis maiores, com uma proporção majoritária de homens adultos e concentravam a maior parte dos africanos. Os produtores donos de rebanhos mais acanhados possuíam menos escravos e seus pequenos plantéis apresentavam maior presença de crioulos, de mulheres e de crianças. Um padrão comum a muitas outras regiões brasileiras, o que não deixa de ser interessante, em se tratando das estâncias de criação no Rio Grande do Sul do Oitocentos. Até bem pouco tempo, a região era vista como uma área onde as questões propostas em outras partes do Império, sobre as relações escravistas, teriam pouco interesse.

Por outro lado, os grandes estancieiros tinham plantéis onde os escravos campeiros eram os mais numerosos. A maioria dos estancieiros que foram estabelecer-se na fronteira, na primeira metade do século XIX, buscou contar com escravos para propiciar um núcleo básico, que lhes garantisse ao menos parte da mão-de-obra. Ali também estavam escravos roceiros e, em menor quantidade, escravos “especializados”, como pedreiros, carpinteiros e sapateiros. Assim, os senhores organizavam-se para assegurar uma parcela da reprodução de suas estâncias sem precisar recorrer aos mercados e, de outra parte, sob conjunturas favoráveis, poderiam ampliar seus ingressos com a venda de excedentes agrícolas e com os jornais de seus escravos “oficiais”.

⁴² MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Ver também nota 43. Para o Rio Grande do Sul, ver: MOREIRA, Paulo R. S. *Sobre fronteira e liberdade – representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 9, jul. 1998.

⁴³ A historiografia recente tem destacado que a família cativa foi uma instituição amplamente difundida no Brasil escravista. Entre muitos trabalhos a respeito, consultar:

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Como abordagem demográfica do problema, ver:

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Anablume, 1999.

Luís Augusto Farinatti é graduado e mestre em História, doutorando em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

lafarinatti@gmail.com

O estudo dos escravos presentes nas estâncias é importante, ainda, porque representa mais um elemento a demonstrar que os criadores de gado do Rio Grande do Sul no Oitocentos não podem continuar sendo tratados de forma monolítica, como se formassem um grupo perfeitamente homogêneo. Em outras palavras, a concentração dos escravos, especialmente os homens e africanos, indica a existência de uma profunda desigualdade não só entre *estancieiros e peões*, mas mesmo entre os próprios criadores de gado na fronteira meridional do Império.

Portanto, não se pode confundir percentuais de população escrava mais baixos na Campanha rio-grandense do que nas áreas de *plantation* com ausência de importância do trabalho escravo nas estâncias. Os estancieiros precisavam de trabalhadores cativos e a reprodução das relações escravistas não podia passar apenas pela vigilância e pela violência, ainda que tais elementos tivessem grande peso. Como têm mostrado muitos trabalhos sobre diversas áreas do Brasil escravista⁴², aquelas relações eram permeadas por uma negociação, ainda que desigual, engendrada no encontro das demandas próprias que os cativos articulavam e das estratégias paternalistas dos senhores.

Essa constatação abre um leque de campos de pesquisa impossíveis de abordar no espaço deste artigo, mas que exigem, ao menos, uma referência. Em um mundo de pecuária a campo aberto, em uma zona de fronteira política, atravessada sucessivamente por guerras, como se deu esse processo de negociação e conflito entre senhores e escravos? Como isso variou entre os grandes e pequenos plantéis? Em uma área com importante superioridade de escravos homens, quais as possibilidades e características da formação de famílias entre os cativos?⁴³ Ou, em outro sentido, quais eram os circuitos comerciais que permitiam a reprodução desses plantéis de escravos na fronteira, muitos deles africanos? Como se construíam as relações entre a mão-de-obra escrava e livre (assunto no qual concentramos nossas pesquisas atuais)? Enfim, estamos diante de temas que remetem ao embate entre, de um lado, as necessidades dos senhores e, de outro, as lutas e as experiências dos cativos nesse mundo tão próprio. Um mundo de pecuária, de guerras recorrentes, de trabalho livre, de fronteira e de escravidão.